

BIRD estuda maior concessão de garantias aos devedores

por Paulo Sotero
de Washington

A afirmação do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, de que organizações internacionais como o Banco Mundial (BIRD) poderão avalizar parte dos juros dos títulos de longo prazo nos quais o Brasil deseja converter uma parcela do principal da dívida externa baseia-se mais na convicção, que é compartilhada por muitos, de que as agências multilaterais acabarão tendo de assumir esse papel do que em indícios de que estejam prestes a fazê-lo.

Dando suporte às esperanças do ministro da Fazenda tem-se adensado, entre altos funcionários do BIRD, uma corrente favorável a um maior envolvimento da instituição na formulação de novos dispositivos de concessão de garantias a empréstimos e outros instrumentos financeiros, que possam ajudar no encaminhamento de soluções mais duradouras para o problema da dívida do que as tentadas nos últimos cinco anos.

Timidamente, a recém-criada mas ainda acéfala Debit Management Unit, do BIRD, já trabalha nesta direção, procurando desenvolver fórmulas de concessão de garantias, a serem testadas em escala limitada, inicialmente em países como Colômbia, Bolívia, Marrocos e Costa do Marfim, que não representam ameaça ao sistema financeiro internacional.

Mas o próprio desenvolvimento desses novos mecanismos de participação do BIRD deverá demorar. A razão é a decisão política que aparentemente já foi tomada pela direção da instituição de manter um perfil baixo e evitar testar novas idéias enquanto o banco não tiver se assegurado

de um novo aumento de capital.

Em julho último, 21 dos 22 diretores-executivos do BIRD aprovaram o aumento de capital. O voto contrário dos Estados Unidos é suficiente, contudo, para impedir que isso aconteça. Washington tem poder de veto em decisões desta natureza.

Embora o banco tenha visto sua capacidade de emprestar substancialmente limitada pela acentuada queda do dólar, no primeiro semestre, fontes qualificadas da instituição disseram a este jornal que não há esperanças de que a questão do aumento de capital (que, se ocorrer, será de algo entre US\$ 40 bilhões e US\$ 80 bilhões) venha a fazer progressos no próximo encontro, que começa em Washington, no fim deste mês.

Em tais circunstâncias, acredita-se nos altos escalões do banco que uma discussão sobre novos mecanismos de concessão de garantias poderia dificultar ainda mais um aumento de capital, do qual a instituição depende para preservar seus mecanismos tradicionais de apoio ao desenvolvimento.

Além disso, deve-se lembrar que em seu primeiro encontro com o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, em julho, Bresser Pereira ouviu dele que "o contribuinte americano não pagará esta conta", quando mencionou a idéia de o BIRD comprar ou patrocinar a transformação de parte da dívida em títulos. Bresser certamente confia em que Baker poderá evoluir e mudar de idéia. Mas isso, se ocorrer, levará tempo.

REAÇÃO DOS CREDORES

Quanto à proposta de conversão de uma parte da

dívida em títulos de longo prazo, incorporando neles parte do deságio com que os ativos brasileiros são negociados hoje no mercado, as reações dos bancos continuaram a ser variadas ontem, em tom e substância.

"O governo brasileiro precisa parar de negociar pela imprensa e de jogar, toda semana, essas idéias tolas de taxa de risco zero e conversão de dívida em títulos, a um desconto. Nenhum banco vai querer assumir perdas e continuar com o mesmo devedor, a menos que tenha garantias e seja compensado por isso", afirmou um executivo de um grande banco de Nova York. "O governo brasileiro acha que assusta os bancos se comportando desta maneira?"

Segundo a fonte, em seu banco a idéia foi absolutamente e completamente rejeitada. "Idéias como essa podem funcionar para países pequenos, mas não para um país como o Brasil, que deve muito e é capaz de gerar saldos comerciais de mais de US\$ 1 bilhão por mês".

Outros bancos grandes americanos mostram-se receptivos à discussão da idéia. Essa parece ser a tendência, também, entre bancos europeus. É cedo,

contudo, para se fazer uma avaliação mais definitiva. Desde o início da crise da dívida, os credores mostraram uma enorme habilidade em superar suas divergências e negociar com os devedores a partir de uma posição conjunta. A frente dos credores tem mostrado rachaduras nos últimos tempos.

Ainda assim, o fracasso dos "exit bonds", os "títulos de saída", incluídos como uma opção no acordo de negociação recentemente anunciado com a Argentina, era usado ontem por um banqueiro terminantemente contrário à proposta brasileira, para negar viabilidade à idéia.

"O fato de nenhum credor da Argentina, mesmo os pequenos, terem usado a alternativa dos 'exit bonds', mostra que, entre assumir perdas e emprestar dinheiro novo, para preservar o valor de seus ativos, os bancos sempre escolhem a segunda alternativa."

Os títulos de saída argentinos, que foram esnobados pelos credores, tinham o mesmo valor nominal dos empréstimos que deveriam substituir, mas pagavam apenas 4% de juros ano a ano — o que, na prática, representavam um desconto substancial de seu valor.